CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto:

a) Estabelecer, por via de Estágio Extracurricular, a cooperação mútua entre a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ e FACULDADE , propiciando ao estagiário, formação profissional teórica e prática;

b) Propiciar, por meio do estágio, à instituição de ensino FACULDADE , subsídios necessários à permanente atualização de seus currículos, e à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, a colaboração na prestação de gratuita e integral assistência jurídica, judicial e extrajudicial aos necessitados, assim considerados na forma da lei, auxiliando os Defensores Públicos no exercício de suas funções institucionais, ao mesmo tempo em que auxilia os estudantes de Direito na formação e aprimoramento profissional, proporcionando-lhes a prática forense.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para a concretização dos objetivos previstos neste artigo será considerado local específico de estágio forense o Núcleo de Prática Jurídica da FACULDADE

CLÁUSULA TERCEIRA: DA SELEÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS

Os estagiários que atuarão nas atividades descritas no presente Convênio, em **número máximo de 40 (quarenta)** por semestre, serão selecionados exclusivamente entre os discentes da FACULDADE que sejam aprovados no Teste Seletivo Específico, cuja responsabilidade pela elaboração e execução será de uma Comissão Mista, composta por representantes da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ e da FACULDADE

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENIENTES

I - Competirá à Defensoria Pública do Estado do Piauí as seguintes atribuições:

- a) Designar 01 (um) Defensores Públicos para o atendimento das demandas que se fizerem necessárias à fiel execução dos objetivos do presente convênio, na área cível, podendo, dependendo da demanda do atendimento, ser aumentado o número de Defensores Públicos ali lotados, à critério e conveniência da Administração Superior da Instituição;
- b) Oferecer aos estagiários do Escritório Escola do Núcleo de Prática Jurídica da FACULDADE **orientação jurídica e pedagógica** na área cível, compreendendo o atendimento à população carente, elaboração de peças processuais, participação em audiências e em todos os atos forenses necessários ao acompanhamento de processos;
- c) Firmar todas as peças processuais, que devem ser elaboradas sob sua indispensável orientação;
- d) Proporcionar aos estagiários sob sua supervisão todos os meios e condições satisfatórios para que possam desempenhar suas atividades;
- e) Informar à FACULDADE, quando solicitada, as atividades forenses desenvolvidas pelos estagiários sob sua orientação;
- f) Verificar e acompanhar o desempenho dos estagiários, designando supervisor qualificado dentre os Defensores Públicos vinculados ao convênio;
- g) Proporcionar o respaldo institucional necessário ao desenvolvimento das atividades de prática forense do Núcleo de Prática Jurídica da FACULDADE, no âmbito da assistência judiciária.

II - Competirá à FACULDADE as seguintes atribuições:

- a) Oferecer espaço físico e infra-estrutura adequada à execução das atividades a que se destina o presente convênio, principalmente, no que concerne a equipamentos de informática, mobiliário, material de expediente e tudo o que for necessário para o fiel desempenho das atividades do Defensor Público;
- b) Efetuar seguro contra acidentes pessoais, em favor do estagiário sob sua responsabilidade, pelo tempo correspondente à realização do estágio;
- c) Garantir a limpeza, segurança, energia e água, dentro do espaço físico reservado para a implantação e execução das atividades inerentes ao objeto deste convênio;
- d) Proporcionar condições favoráveis à divulgação e à execução dos estágios forenses supervisionados, junto aos seus corpos docente e discente;
- e) Designar docente para a orientação, acompanhamento e avaliação dos estagiários junto ao Núcleo de Prática Jurídica e Escritório Escola, **que seja versado em assistência jurídica e Defensoria Pública;**

- f) Informar à DEFENSORIA PÚBLICA sobre a situação dos estagiários, sobretudo por ocasião da conclusão do período de estágio forense ou de término do curso;
- g) Expedir a documentação comprobatória de conclusão do estágio, após avaliação do relatório final de atividades.

PARÁGRAFO ÚNICO: Cada conveniente efetivará por conta de seus próprios recursos as obrigações e despesas de sua responsabilidade.

CLÁUSULA QUINTA: DAS ATRIBUIÇÕES DOS ESTAGIÁRIOS

Compete aos estagiários, entre outras atribuições que lhes forem conferidas:

- a) Permanecer no estabelecimento do estágio, sob a orientação do Defensor Público a qual esteja vinculado, totalizando uma carga horária mensal mínima de 30 (trinta) horas;
- b) Auxiliar os Defensores Públicos no exercício de seu mister, compreendendo o atendimento aos assistidos, o acompanhamento das atividades forenses, envolvendo a elaboração e subscrição de peças processuais, o acompanhamento em audiências e o exame e controle de autos de processos, vinculados estritamente às diretrizes recebidas pelo Defensor Público orientador, mormente no que pertine à fiel obediência aos prazos processuais;
- c) Elaborar pesquisas de doutrina, legislação e jurisprudência;
- d) Praticar todos os demais atos que lhe forem permitidos pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e provimento dos seus Conselhos Federal e Seccional;
- e) Apresentar à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ e à FACULDADE relatório mensal das atividades realizadas no âmbito do estágio, até o décimo dia do mês subsequente.

CLÁUSULA SEXTA: DO TERMO DE COMPROMISSO

O Estágio Extracurricular de que trata este convênio será formalizado mediante a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio Extracurricular - TCEE, pelo estagiário e pelo representante da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, com a interveniência obrigatória da FACULDADE

PARÁGRAFO ÚNICO: O TCEE constituirá parte integrante do presente instrumento, objetivando particularizar a relação jurídica entre o estagiário e a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

O credenciamento do estagiário não lhe confere qualquer vínculo empregatício com o Estado, conforme determina o Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1992.

CLÁUSULA OITAVA: DO CANCELAMENTO

A DEFENSORIA PÚBLICA poderá cancelar, a qualquer tempo, a credencial concedida ao estagiário, nos seguintes casos:

- a) Quando o estagiário registrar mais de 15 (quinze) faltas injustificadas e consecutivas ou 30 (trinta) intercaladas, durante o estágio;
- b) quando o estagiário praticar ato de indisciplina ou de improbidade no estágio, ou tiver conduta social incompatível com sua atividade;
- c) após a conclusão do curso de Bacharelado em Direito, ou se houver cancelamento de sua matrícula.

CLÁUSULA NONA: DA DESISTÊNCIA

O estagiário poderá desistir do estágio a qualquer tempo, desde que comunique à DEFENSORIA PÚBLICA e a FACULDADE por meio de seus setores competentes, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS REPRESENTANTES

Para a efetiva execução do presente convênio, a FACULDADE será representado pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica e a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ por Defensor Público especialmente designado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir data de sua assinatura, podendo ser prorrogado ou alterado, através de aditivos, bem como rescindido de comum acordo entre as partes conveniadas ou mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo dos estágios em andamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o foro da comarca de Teresina para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente convênio e que não puderem ser resolvidas administrativamente.